

*Reforma da previdência é “austericídio” na economia brasileira*



Considerada a pior reforma da previdência que já chegou ao Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19 não têm objetivo de fazer um ajuste fiscal nas contas do país. Essa é uma das avaliações da professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Gentil que participou de uma audiência pública na última sexta-feira (10/05) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A audiência foi articulada pela Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social para debater os impactos da reforma da previdência para os trabalhadores do setor privado, dos servidores públicos e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além da professora, estiveram na mesa o economista especialista em previdência, José Prata, e o vice-presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, José Cruz.

Denise Gentil afirmou que diferente do que propaga o governo, não existe relação da aprovação da reforma com crescimento econômico. Juntado austeridade e suicídio, Denise configura a aprovação da PEC como um “austericídio” na economia do país. Para Denise a ideia da previdência social tem também um amparo na doença e na pobreza, além de gerar consumo, emprego e renda. Mas não só o caráter social da reforma está em jogo. A professora de economia afirma ainda que o principal privilegiado com a reforma é o setor financeiro. Os bancos, segundo ela, lucraram com a taxa de juros R\$10 bilhões anual, “uma excrescência indiscutível, por que eles não podem pagar?” questiona.

### **Capitalização**

O economista José Prata alertou sobre a proposta de capitalização que para ele é a maior ruptura social brasileira. Prata explicou que na proposta de Bolsonaro o risco é a longevidade do segurado que precisa ser equacionado, “viver muito é percebido por eles como um problema”, diz o economista.

O regime de capitalização proposto nessa reforma é uma espécie de conta individual em que apenas o trabalhador deposita mensalmente e banco administra os valores. Denise Gentil argumenta que tudo vai depender de quanto o trabalhador consegue depositar e como esse dinheiro será aplicado.

Se a proposta passar como está é o fim do regime de participação em que depositam o empregador, o trabalhador e o Estado. Os economistas também preveem um grave problema com a mudança do regime. Quando todos os trabalhadores começarem a contribuir para o novo sistema vai faltar dinheiro no sistema antigo, causando ainda mais déficit e prejudicando a aposentadoria de quem já contribuiu.



